

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS 9

EDITORIAL 11

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL – DIREITO E SAÚDE

O futuro que queremos para a regulação da saúde suplementar
The future we want for the adjustment of supplemental health
MARIA STELLA GREGORI 27

Regramento das carências nos contratos de plano de saúde e a Súmula 597 do STJ
Regulation of grace period in the health plan contracts and the STJ Summary 597
JOSIANE ARAÚJO GOMES 55

A obrigação do Poder Público de fornecer medicamentos não incorporados ao Sistema Único de Saúde
The obligation of the public authority to provide medicines not incorporated into the Public Health Care System
EDUARDO CAMBI e MATEUS VARGAS FOGAÇA 73

Parcerias público-privadas como alternativa para solucionar a crise na saúde pública
Private public partnerships as an alternative to solve crisis in public health
ALENCAR FREDERICO MARGRAF e POLEANA DE FÁTIMA NAVARRO 95

A responsabilidade jurídica das operadoras de planos de saúde privados pela recusa no atendimento do consumidor à luz da "Teoria Crítica do Direito"
The legal responsibility of the private health insurance companies for the refusal to serve the consumer in light of the "Critical Theory of Law"
REGINA VERA VILLAS BÔAS e JOSÉ ÂNGELO REMÉDIO JÚNIOR 117

ARBITRAGEM

Os métodos alternativos de solução de conflito no âmbito do direito internacional privado: uma análise sobre mediação e arbitragem internacionais
The alternative methods of settlement of conflict under international private law: an analysis of international mediation and arbitration
RAÍSSA VIEIRA DE GOUVEIA 139

DIREITO DE FAMÍLIA

União poliafetiva: uma entidade familiar constitucionalmente tutelada

Poly-union: a constitutionally protected family entity

CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e ISABELLA ARRAIS DE ALMEIDA SCHMITBERGER
CEOLIN..... 169

DIREITO EMPRESARIAL

Contratos e resolução de conflitos no âmbito do direito da moda

Contracts and dispute resolution in fashion law

LETÍCIA SOSTER ARROSI e GABRIEL SILVA DE SOUZA..... 197

DIREITOS HUMANOS

O posicionamento da corte interamericana de direitos humanos quanto à identidade de gênero

The inter-American court of human rights status about gender identity

LEANDRO REINALDO DA CUNHA..... 227

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Inovações contidas nos recursos de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno e de embargos de declaração previstas no Código de Processo Civil de 2015

Innovations contained in appeals, instrument grievances, internal grievance and declaration appeals provided in the Code of Civil Procedure of 2015

ACCÁCIO CAMBI..... 247

Cooperation under article 6th of the Brazilian Civil Procedure Code: a literature review

A cooperação no âmbito do artigo 6º do Código de Processo Civil brasileiro: uma revisão da literatura

JANAÍNA GOMES GARCIA DE MORAES e LETICIA CABRAL PERPÉTUO SOARES..... 283

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Limites jurídico-penais do acordo de leniência em casos de grupos econômicos

Legal-penal limits of plea agreement in cases of economic groups

ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO e LUCIANO ANDERSON DE SOUZA..... 301

PARECER

Parecer

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG MARQUES..... 319

MEMÓRIA DO DIREITO

Planos de Saúde e Contrato de Prestação de Serviços Médico-Hospitalares NELSON NERY JUNIOR	337
---	-----

REVISITANDO O TEMA – ARBITRAGEM

O plano piloto de conciliação em segundo grau de jurisdição, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, e sua possível aplicação aos feitos de interesse da Fazenda Pública <i>Conciliation pilot plan in the second degree of jurisdiction of the Sao Paulo Justice Court and its possible application on process of Public Administration interest</i> RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO	369
---	-----

ESPECIAL – RUMO À RT 1000

Apresentação	437
A Nação e o <i>Impeachment</i> AGASSIZ DE ALMEIDA.....	439

NOTAS

Queda de ações trabalhistas pós-reforma THEREZA CHRISTINA NAHAS	463
Negado direito de resposta à ex-Presidente da República JESUALDO EDUARDO DE ALMEIDA JUNIOR.....	465

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- UNIÃO ESTÁVEL – Distinção de regime sucessório entre cônjuge e companheiro – Constituição brasileira que contempla diferentes formas de família – Não existe hierarquia entre as entidades familiares.

Comentário por LEANDRO REINALDO DA CUNHA: Inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros.....
- 479

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- IRPJ E CSLL – Base de cálculo – Inclusão dos créditos presumidos de ICMS concedidos pelos Estados-Membros e pelo Distrito Federal a título de incentivo fiscal – Ofensa ao princípio federativo e ao princípio da segurança jurídica.

Comentário por SOLON SEHN: Comentários aos Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.517.492/PR	627
<ul style="list-style-type: none"> • IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Repetição de indébito de imposto de renda retido na fonte – Entidade beneficente de assistência social – Remessa de juros para exterior gera obrigação tributária, não impedindo a retenção na fonte da exação. Comentário por OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO: Entidade de assistência social, embora imune, na condição de responsável tributário substituto, deve recolher o imposto retido na fonte devido por contribuinte, terceiro residente no exterior, não podendo este usufruir de benefício tributário personalíssimo..... 	660
<ul style="list-style-type: none"> • PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Incidência aos crimes tributários federais e de descaminho – Necessidade de afetação do recurso para revisão da tese fixada em recurso repetitivo, tendo em vista a divergência de entendimento externado pela Suprema Corte. Comentário por JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR: A política fiscal e os tribunais superiores: análise do REsp 1.688.878/SP 	738

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- CONSTITUCIONALIDADE – Possibilidade de mudança de prenome e gênero no registro civil – Não submissão à cirurgia – Requisitos da idade mínima de 21 anos, diagnóstico médico de transexualismo por equipe multidisciplinar.....

761

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- INTERVENÇÃO – Obrigatoriedade do Ministério Público – Interpretação conjunta da CLT com o CPC/2015 relativamente às regras de substituição processual – Ausência de manifestação ministerial que causaria nulidade somente se houvesse prejuízo às partes.....

775

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

- OBRIGAÇÃO DE FAZER – Fornecimento das portas lógicas de origem pelos provedores de aplicação – Revelação que consubstancia simples desdobramento lógico do pedido de identificação do usuário por IP.....

795

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Contrato de prestação de serviços educacionais – Matrícula em curso de segurança do trabalho – Não disponibilização de aulas – Instituição de ensino que não comunica de forma clara e eficaz o remanejamento do curso para outra unidade..... 805

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- PRISÃO PREVENTIVA – Substituição para prisão domiciliar – Paciente que é mãe de uma criança de cinco anos – Crime investigado que não trata de violência ou grave ameaça..... 815
- OBRIGAÇÃO DE FAZER – Direito de resposta – Jornalista que ofendeu líder de movimento, imputando-lhe comportamento semelhante aos nazistas – Ordenamento jurídico que tutela a liberdade de expressão, sendo natural na linguagem de manchete certa dose de sensacionalismo..... 818

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

- CONTRATO DE TRABALHO – Grupo econômico – Parte contratada para venda de cotas de consórcios com pagamento de comissão – Inexistência de subordinação com a segunda reclamada uma vez que esta somente repassava os valores de comissões – Fato de ser revendedora que não caracteriza o grupo econômico..... 825

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL – Violação à autoridade da decisão da Suprema Corte que fixa a competência da Justiça do Trabalho para complementação de aposentaria..... 851
- PRISÃO PREVENTIVA – Revogação – Descumprimento da medida cautelar de comparecimento bimestral do acusado a Juízo – Motivação esmiuçada do decreto prisional que não caracteriza inovação de fundamentação – Intenção do acusado em frustrar a aplicação da lei penal e o resguardo da ordem pública..... 853
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Recebimento como agravo interno – Oposição que notoriamente visa reformar decisão monocrática do relator, a qual meramente interpretou e aplicou a lei frente ao caso concreto pela Corte de origem – Inexistência, ademais, de violação ao princípio da reserva de plenário..... 855

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PARCERIA RURAL – Extinção do contrato após morte do parceiro – Herdeiros e sucessores que podem se sub-rogar nos direitos e obrigações do outorgante – Possibilidade, ainda, de exercício do direito de retomada ao término do contrato..... 859
- REGISTRO PÚBLICO – Nulidade de escritura pública com cumulação de cancelamento de registro de imóveis – Outorga convivencial para alienação de bens comuns que pode ser relativizada – Informalidade do vínculo que não exige qualquer documento, impondo o reconhecimento da validade dos negócios a fim de proteger o terceiro de boa-fé..... 861

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

- APREENSÃO – Mercadorias – Não é possível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para o pagamento indireto de tributos – Fisco que possui meio próprio para cobrança de seus créditos..... 865

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- DOSIMETRIA DA PENA – Aumento quanto à majorantes – Incidência de causas especiais de emprego de armas e concursos de pessoas – Fase posterior de dosimetria que não precisa levar em conta a quantidade de causas de aumento..... 869

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE – Propositura *post mortem* – Admissibilidade – Requerente que conviveu com o investigado até seu falecimento, mas foi criada pelos avós paternos – Ausência de prova pericial, ademais, que é irrelevante, sendo suficiente a testemunhal..... 873

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

- CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – Violação sexual mediante fraude – Autoria e materialidade comprovadas porque a palavra da vítima encontra apoio em provas coletadas nos autos, caracterizando, inclusive, a continuidade delitiva..... 877

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- PLANO DE SAÚDE – Cobertura para *home care* – Seguradora que não exclui o tratamento para doença – Nulidade de cláusula contratual que desobriga a cobertura de procedimentos prescritos pelo médico ao restabelecimento do paciente. 881

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 883

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 891